

A CONSTRUÇÃO DA CASA DA MEMÓRIA DE PORTEIRAS/CE (2004-2007)

CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS

Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: cjoaquims@yahoo.com.br

Introdução

Neste texto pretendo refletir sobre uma experiência bastante singular, que evidenciou os usos da memória, em uma comunidade no interior do Nordeste brasileiro, trazendo à tona o debate sobre o direito à memória. Referimo-nos ao percurso palmilhado por um grupo de jovens que, aos 21 de setembro de 2007, fundou o museu comunitário Casa da Memória de Porteiras, no município de Porteiras, no Cariri cearense.

Os usos da memória como um bem de direito

Na noite do dia 26 de novembro de 2004, um grupo de jovens, composto por professores, universitários e estudantes secundaristas, montou uma exposição cultural no Centro Social Urbano (CSU), na cidade de Porteiras. O evento despertou a curiosidade da população local que, de início, sem entender o que acontecia, depարou-se com objetos e iconografias dos lugares e das práticas culturais, presentes no seu cotidiano e nas memórias dos mais velhos.

Tal evento, intitulado *ESPACULT (Espaço Aberto à Cultura)*, que discutiu o tema *Porteiras: Arte e Memória*, mexeu com a consciência do passado dos porteirenses. Eles viram as cenas do dia a dia, as festividades, os rituais sagrados e até mesmo os utensílios de barro e madeira, tão presentes no cotidiano e confeccionados por seus familiares, amigos e vizinhos, postos em evidência, aos olhos de todos, em uma exposição cultural, como bens que careciam de valorização e preservação.

No mesmo lugar e naquela mesma noite, as apresentações artísticas de crianças e jovens reiteraram que aquele momento era diferente. Crianças e jovens que, sem terem formação artística (profissional), se apresentaram no palco do espaço, deixaram os porteirenses surpresos, ao verem seus netos, filhos e sobrinhos encenarem um espetáculo teatral diferente. Tal surpresa foi provocada pelo teor do roteiro teatral apresentado. Intitulado *Porteiras: um miudinho do Ceará?* O espetáculo direcionava os olhares dos porteirenses para o descaso do poder público, no que se refere à necessidade de valorização e preservação dos bens culturais do lugar.

Antes da realização daquele evento, os 10 jovens, que naquele ano, 2004, tinham entre 15 e 29 anos, se inquietaram, quando se autoindagaram sobre sua identidade: “Que grupo é esse? E como iremos nos afirmar socialmente?” Eles se inquietavam, afinal, como já apontava Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1993), a identidade é uma construção social em constante processo de (re)elaboração, que toma como elemento central a relação do “eu” com o “outro”. Tal questão parece simplória, ao primeiro olhar. Todavia, ela é carregada de intencionalidades, pois possui no seu cerne a dimensão do horizonte político de quem fala.

Sob a sombra de um eucalipto, no centro da cidade, os jovens se autointitularam Retratores da Memória de Porteiras (RE-MOP). Tal nomenclatura tentou evidenciar o desejo de realizarem o registro, a valorização e a preservação da memória e dos bens culturais do lugar onde residiam, frente ao descaso do poder público a tais questões. Reflete, portanto, os desejos de políticas de memória para o município de Porteiras que na época possuía cerca de 15.658 habitantes.

Sobre o cenário cultural de Porteiras, percebemos que, no decorrer do século XX, período em que surgiram no cenário nacional as discussões sobre o patrimônio e a política de sua preservação (FONSECA, 2009), a população de Porteiras sofreu um longo processo de desvalorização cultural e perda de bens culturais signifi-

cativos que constituíam elementos de pertença e identidade social. Para isto, concorreram diversos fatores, como é o caso da falta de políticas públicas que viabilizassem a identificação, a valorização, o registro e a preservação desses bens. A partir de 1990, a interferência religiosa católica e o ideal de modernização da cidade, implementado pelo poder público local, se integraram a essas causas (SANTOS, 2011).

No que diz respeito ao patrimônio material edificado, podemos citar a reforma das antigas moradias do espaço urbano. Damos relevância às residências que circundavam a Igreja Matriz, no centro da cidade, uma vez que o antigo povoado de Porteiras, assim como outras localidades do Ceará, surgiu em torno da capela que, posteriormente, cedeu lugar à Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Essas residências foram modificadas, perdendo, assim, as características da arquitetura passada. Além dessas, as poucas residências, antes existentes, que remetiam aos anos finais do século XIX e à primeira metade do século XX, foram demolidas para dar lugar a novas residências e casas comerciais. Soma-se a isso a destruição de antigas praças e a construção de novas áreas de lazer, que deram à cidade um aspecto de modernidade (SANTOS, 2011).

Em Porteiras, não há nenhum bem tombado (material) ou registrado (imaterial) oficialmente como patrimônio cultural, nas esferas municipal, estadual ou federal. Isso não é decorrente da falta de bens relevantes para a compreensão do passado e de espacialidades sobre as quais a população construiu sentimentos afetivos e lhe conferiram significados. Como um bem de forte representação social, citamos o casarão do coronel Francisco Lucena, conhecido como Chico Chicote, no Sítio Guaribas. No local ocorreu, em fevereiro de 1927, o Conflito das Guaribas, acontecimento presente nas memórias dos porteirenses e nas páginas da historiografia brasileira do Cangaço (LUCENA; LUCETTI, 1995; MONTENEGRO; 1973). Entre os anos 2000-2003, o casarão, que se encontrava abandonado, desabou ou foi demolido (SANTOS, 2011).

No que se refere ao patrimônio imaterial, marcado pelo efêmero e composto por manifestações diversas, como celebrações, formas de expressão, saberes e modos de fazer, bem como por lugares sobre os quais tais referências culturais são praticadas, muitos bens foram renegados, permanecendo apenas na memória dos idosos, como é o caso do Maneiro-pau, da Lapinha e do Reisado.

Outro exemplo diz respeito à festa dos caretas. Uma das tradições mais marcantes de Porteiras, esta manifestação acontecia, todos os anos, no período da Semana Santa, com duração de três dias, e movimentava a população da cidade e dos diversos sítios do município. A brincadeira foi forçada a desaparecer, por volta do ano 2001, sob o pretexto de aumento da violência. Nesse cenário, o descaso para com a memória e o patrimônio cultural refletia-se, ainda, na falta de incentivo às pesquisas locais e na ausência de livros que tratassem dessas questões, o que gerou ignorância quanto à memória histórica do lugar.

Inquietos com esse cenário, os jovens do REMOP buscaram perceber, no cotidiano dos moradores, um instrumento de mudança: o valor da memória e sua dimensão política. A primeira iniciativa desenvolvida pelo grupo foi a realização da Campanha de Valorização do Patrimônio Cultural, impulsionada pelo IMOPEC (Instituto da Memória do Povo Cearense). Naquele momento, as atenções dos jovens voltaram-se para a realização de uma pesquisa, que tinha como meta central perceber como a população entendia a memória social e o patrimônio cultural local, levando-a à identificação das manifestações existentes e daquelas já extintas. Em maio de 2005, o grupo promoveu uma nova enquête na localidade, intitulada: “A Festa dos Caretas e o Reisado”, que demonstrou a insatisfação dos porteirenses com o desaparecimento de tais manifestações.

Nesse direcionamento, percebemos que uma das iniciativas mais marcantes do grupo foi a visita aos lugares reconhecidos como marcos históricos ou representativos das memórias da população. Naquela ocasião, os jovens, além de realizarem o registro

fotográfico, ouviram os mais idosos narrarem suas experiências sociais, registrando os depoimentos e conhecendo melhor seu lugar de origem. Assim, deram reconhecimento às variadas narrativas orais que circulavam na região. Portanto, a partir da criação do REMOP, seus integrantes iniciaram a formação de um acervo fotográfico sobre os bens culturais e entrevistas sobre o passado do lugar. Desse modo, passaram a contribuir diretamente para a produção social da memória de Porteiras e a conscientizar a população para o entendimento (e a cobrança) dos seus direitos culturais.

Por direitos culturais compreendemos “aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade na qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica” (FERNANDES, 1993, p.271). De acordo com Oriá Fernandes (1993), o direito de produção cultural toma como referência a criatividade humana, nas tessituras da cultura. Ou seja, parte do reconhecimento de que todos somos produtores da cultura. Assim sendo, recaímos na prerrogativa do direito ao acesso daquilo que produzimos, portanto, dos bens culturais, frutos da sociedade à qual pertencemos. Concomitantemente, tal entendimento aponta para o direito à tradição e aos bens (materiais e imateriais) representativos do passado da sociedade.

Isso nos faz lembrar a relação entre o passado e o presente e sua dimensão política. Utilizando a memória como um bem de direito, os jovens do REMOP utilizaram-na, também, como um instrumento de transformação social. Eles procuraram motivar e encontrar na juventude local adesão às iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural e de registro das diversas memórias. Nesse sentido, ainda em 2004, o REMOP criou o grupo ARTNES de Teatro, composto por crianças, adolescentes e jovens de Porteiras, que passou a elaborar e apresentar espetáculos teatrais que refletiam sobre a consciência do passado e sobre as memórias dos porteirenses.

Em 2005, o REMOP realizou oficinas de flauta e teatro com crianças e jovens, através do apoio do IMOPEC. Além disso, provocou debates nas escolas das zonas urbana e rural do município. Tais iniciativas começaram a comover toda a comunidade e os poderes públicos locais. As instituições de ensino públicas e privadas passaram a trabalhar, em sala de aula, as questões relacionadas ao passado e às referências culturais de Porteiras. E, naquele ano, 2005, a Prefeitura Municipal de Porteiras criou o Departamento de Cultura e Desporto (SANTOS, 2011).

No ano de 2006, a experiência dos intrépidos do REMOP começou a ganhar reconhecimento no Ceará, enquanto um movimento social em defesa da memória. Segundo o boletim Raízes, “Num município com fortes marcas do coronelismo e de grande inter-relação religiosa, o REMOP vem conseguindo promover ações de recuperação da memória local, com participação ativa de jovens, crianças e adultos”. (IMOPEC, 2006, p. 2).

Nesse horizonte político, de 9 a 11 de março de 2006, a realização do II ESPACULT inquietou os porteirenses. O evento aprofundou o tema *Memória e Patrimônio Imaterial*. “A promoção de diferentes atividades, em diversos locais da cidade, como exposição cultural, seminários e oficinas teóricas e práticas, mobilizou os vários grupos sociais, despertando-os para a necessidade de valorização, registro e preservação de seu patrimônio” (SANTOS, 2011, p.103).

Naquela contextura, o REMOP já demonstrava a necessidade de intensificação do trabalho com a *educação patrimonial* e anunciava o desejo do fortalecimento daquela iniciativa:

Percebemos hoje a necessidade de uma *educação patrimonial*. A falta de conhecimento sobre nossos bens culturais, muitas vezes, leva-nos a perdas de referências significativas do nosso Ceará, como é o caso da Festa dos Caretas, em Porteiras. Por sua vez, na medida em que há a construção de conhecimentos a esse respeito, acreditamos no fortalecimen-

to dos ideais afetivos de pertencimento, valor e identidade. (IMOPEC, 2006, p. 7).

Foi ouvindo a voz da população de Porteiras, durante os ESPACULT, que o REMOP sentiu a necessidade da criação de um espaço permanente de reflexão sobre o patrimônio, a memória e a história. Segundo a professora e integrante do REMOP, Karina Pereira,

O grande resultado dos ESPACULTs é a Casa da Memória de Porteiras, porque foi no II ESPACULT realmente que nós percebemos que a população estava carente de um espaço como esse. A população queria mesmo que aquela exposição não fosse algo passageiro, mas que fosse permanente, e que as pessoas pudessem visitar mais vezes.¹

Naquela circunstância espaço-temporal, não havia nenhum equipamento em Porteiras, oficial ou comunitário, com a finalidade de suprir as necessidades de história dos porteirenses. Dessa ausência (e dos desejos expressos pela população), nasceu a ideia de construção da *Casa da Memória de Porteiras*, um museu comunitário que pudesse abarcar as memórias representativas dos diferentes grupos e indivíduos que compõem a sociedade local.

Nós iniciamos a Campanha Casa da Memória pelos sítios. Antes disso, nos reunimos, conversamos e divulgamos na emissora de rádio local os sítios que iríamos visitar. Quando a gente passa nesses sítios, o pessoal já está nos esperando com os objetos. Quando a caravana do REMOP parte, ela parte cheia de alegria e entusiasmo. Também embutida de sensibilidade, com paciência e serenidade para ouvir, principalmente as pessoas mais idosas. E com a capacidade de se emocionar. Você tem que ter essa sensibilidade para sentir e perceber o que aquela pessoa está sentindo, no momento da doação. Depois do I ESPACULT, o grupo REMOP falou que estava começando a olhar diferente para Portei-

¹ Narrativa de Karina Pereira. Professora. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória, no Centro da cidade de Porteiras.

ras, com novos olhares. E eu vejo que, com esse movimento da campanha da Casa da Memória, os próprios porteirenses estão fazendo isso: estão olhando diferente para a nossa história, para nossa cidade. E a resposta disso é a doação dos objetos, porque, se eles não se identificassem, eles não emprestariam.²

Desse modo, é importante estarmos atentos ao valor de uso ou consumo dos objetos e ao valor que lhe é atribuído, ao tornar-se um objeto museológico. Consoante Bezerra de Meneses (1992, p.12), o objeto antigo foi criado em um tempo anterior ao nosso, “atendendo às contingências sociais, econômicas, tecnológicas, culturais e etc. etc, desse tempo”. Nessa circunstância, recaem-lhes vários usos e funções, utilitárias ou simbólicas. Todavia, ao ser musealizado “O objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriormente drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como objeto-portador-de-sentido”. (BEZERRA DE ME-NESES, 1992, p.12).

Assim, além de entendermos que, ao adentrar o espaço museal, outros usos e sentidos são dados aos objetos, também é importante reconhecermos que todo objeto é histórico (RAMOS, 2004). Pois, ele carrega consigo as marcas do(s) tempo(s) e da sociedade que o produziu. Logo, na Casa da Memória, os objetos passaram a ser utilizados como documentos para o ensino da história. O acervo colhido foi identificado, estudado e exposto em salas temáticas. A inauguração do equipamento cultural, ocorrida na manhã do dia 21 de setembro de 2007, empolgou os porteirenses. Desde então, a Casa da Memória vem despertando a curiosidade e a inquietação do público visitante. Segundo os versos do poeta Joãozinho de Né Tonho,

² Narrativa de Karina Pereira. Professora. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória, no Centro da cidade de Porteiras.

*O porteirense está de parabéns
Com a Casa da Memória
O REMOP veio resgatar
A nossa velha história
Essa nova descoberta
Foi para nós uma glória*

*A Casa da Memória
É de grande utilidade
Era uma coisa que faltava
Ser implantada em nossa cidade
Essa casa veio suprir
As nossas necessidades
(apud SANTOS, 2011, p.126-127)*

Esses versos são extremamente significativos, na medida em que colocam em evidência as necessidades do presente sobre a consciência do passado. Um “velho” (ou distante) passado aparece como uma descoberta e, por isso, obtém a entonação de uma glória, esta não representada pelas trajetórias gloriosas dos eventos políticos ou de tempos de vitórias, mas pelo simples fato de representarem os seus passados vividos. A “velha história”, que podemos ressignificar como o passado dos mais velhos, emerge, assim, como uma conquista, uma “descoberta” que agradou tanto aqueles que vivem dos trabalhos da memória (os idosos), quanto os educadores e estudantes que, a partir daquele momento, ganharam um espaço de reflexão sobre sua história.

As palavras da integrante Carliane Ventura reforçam esse entendimento:

A Casa da Memória veio pela necessidade da história, de discutir mesmo a história, porque muitos jovens de Porteiras não sabem a história de Porteiras. Até mesmo a gente porque tem tantas coisas novas que depois desse grupo de estudo [REMOP] a gente descobriu. Então, a Casa da Memória veio para calhar mesmo a questão da história, para que as

pessoas conheçam a história do seu lugar. E fazer com que as pessoas percebam que, por mais simples que seja, é uma história importante. Nós queremos resgatar esse sentido, a história do cotidiano, para que as pessoas percebam que elas são importantes.³

Considerações finais

Por tudo isso, percebemos, a partir das atividades desenvolvidas pelos jovens do REMOP, o desencadear de um processo de reconhecimento, por parte dos porteirenses, das suas referências culturais, mobilizando-os para a elevação de sua autoestima e despertando-os para o sentimento de pertença às suas múltiplas memórias e identidades culturais.

Nesse sentido, ao desenvolver, na prática diária, o exercício da conscientização sobre o valor da memória e da necessidade de salvaguardar seus bens culturais, materiais e imateriais, o REMOP estabeleceu, também, o elo entre o passado e o presente e seus vínculos afetivos e, principalmente, políticos. Assim, notamos que esses jovens tomaram a memória como um objeto de estudo e, principalmente, como uma dimensão da prática política, despertando a população de Porteiras para a promoção e a reivindicação da defesa e do direito à memória social, à história e ao patrimônio cultural como bens que a todos pertencem.

Referências bibliográficas

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 1, p. 207-309, 1993.

³ Narrativa de Carliane Ventura. Estudante. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória, no Centro da cidade de Porteiras.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, nº25/26, p. 265-276, set.92/ago.93.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, N. série, v.15, n.2, p.11-30, 2007.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). **Raízes: Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense**. Fortaleza, n. 56, out./dez. 2006,

MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Passado alumiado: representações históricas de Porteiras**. Fortaleza: IMOPEC, 2011.